

Estatuto da Criança e do Adolescente e suas Representações em Comunidades Populares



Co-autores: Amanda Siqueira da Silva, Guilherme da Silva Cardoso, Laurence Aquino, Rafael Terra Dall'Agnol e Tanisa Burchert Miranda .

Orientadora: Marilis Lemos de Almeida. (Departamento de Sociologia – IFCH – UFRGS)
petconexoes.ch@gmail.com



O Grupo PET Conexões Interdisciplinar Ciências Humanas

O grupo propõe um modelo integrado de ação junto às comunidades populares e de auxílio na construção da trajetória universitária dos bolsistas, em consonância com os princípios de integração entre pesquisa, ensino e extensão. O esforço empreendido no programa está na direção de atuar nos processos de formação de jovens oriundos de classes populares no que tange ao sucesso acadêmico, redução da evasão e construção de padrões de qualidade e excelência acadêmica. Atuando desde dezembro de 2010, o grupo é formado por seis bolsistas integrantes dos cursos de Ciências Sociais, História, Políticas Públicas, Geografia e Letras.



Metodologia

A partir deste questionamento, o grupo PET Conexões Interdisciplinar Ciências Humanas passou a trabalhar com adolescentes do oitavo ano de uma escola pública em um bairro popular de Viamão: Escola Anita Garibaldi. Assim, foram elaboradas oficinas na quais os estudantes foram estimulados a pensar alguns conceitos-chave do ECA e montar seu próprio estatuto.

Objetivo

Analisar o impacto do ECA em adolescentes moradores de comunidades populares, bem como as suas visões sobre o mesmo.



Referencial Teórico

Para entender a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no Brasil em 1990, não podemos negar que, além do ímpeto brasileiro, havia uma forte pressão internacional (FONSECA, 2004). Portanto, o novo estatuto não era simplesmente o resultado do particular clima político no Brasil, mas era parte também de um movimento mundial. Contudo, organizações internacionais tendem a promover um modelo abstrato de criança, baseado em preocupações e prioridades que são historicamente de países da Europa e América do Norte. Dessa forma, há uma dificuldade de legisladores pensarem uma outra forma de viver a infância além da forma hegemônica. Como viabilizar, então, princípios básico de direito e justiça num contexto em que a maioria das famílias não vivem em condições hegemônicas?

Considerações Finais

Partindo do pressuposto que o ECA incorporou conceitos e noções hegemônicas que não correspondem com a realidade da maioria das famílias brasileiras (FONSECA, 2004), o grupo PET Conexões Interdisciplinar Ciências Humanas vem trabalhando com adolescentes de uma escola pública de um bairro popular de Viamão através da realização de oficinas a fim de melhor entender e assimilar as suas especificidades e demandas como cidadãos de direitos. Por fim, o grupo PET trabalha com a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão e, assim, utiliza a oficina como estratégia metodológica para a coleta de dados e informações que subsidiarão a continuidade da pesquisa.